

A importância da ocupação de fábricas nas lutas da classe trabalhadora

Gracielli Prata – Graduada em Ciências Sociais pela Unesp – Araraquara

GT 5 – Controle Operário e Autogestão

RESUMO: Este trabalho procura sintetizar a ocupação de fábricas como forma de luta histórica da classe trabalhadora, discorrendo sobre episódios como a Comuna de Paris, os *Soviets* da Revolução Russa e também as ocupações de fábricas realizadas durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1984). O texto também relata algumas ocupações de fábricas mais recentes ocorridas numa outra perspectiva histórica, com propósitos diferentes, no Brasil e em outros países da América Latina. Nesse processo de luta, tem destaque a parceria do Movimento das Fábricas Ocupadas, com importantes movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Teto). O objetivo do trabalho é resgatar a ocupação como uma importante ferramenta na luta de classes, em todos os períodos históricos.

INTRODUÇÃO

A ocupação é uma forma de luta histórica utilizada tanto pelo movimento operário, quanto por movimentos sociais como um todo. Com isso, ela não se dá somente no âmbito da fábrica, mas também dentro das universidades, no campo, no espaço urbano, etc. Geralmente, tem como intuito “chamar a atenção” do Estado, das instituições e da sociedade civil para suas necessidades e reivindicações.

Segundo Engels¹, “toda a história tem sido a história da luta de classes, da luta entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e as dominantes nos vários estágios da evolução social”.

Vamos abordar algumas ocupações fabris, ocorridas na Comuna de Paris, em 1871, e na Revolução Russa, em 1917, quando ocorrem as primeiras experiências históricas de controle operário da produção.

A Comuna de Paris, segundo Claude Willard (2001, p.17) foi uma revolta popular espontânea que se transformou numa revolução operária [a primeira da história], pois teve a participação massiva da classe trabalhadora. De acordo com Karl Marx (1977, p.199) “[...] a Comuna era essencialmente um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política, afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho”.

Ainda em Marx (1997, p.203, grifo nosso), na passagem abaixo, ele resume de forma clara as conquistas da Comuna de Paris e o que esta representou na história do movimento operário europeu e mundial:

A grande medida social da Comuna foi a sua própria existência, o seu trabalho. Suas medidas concretas não podiam senão expressar a linha de conduta de um governo do povo pelo povo. Entre elas, figuram a abolição do trabalho noturno para os padeiros e a proibição penal da prática corrente entre os patrões de reduzir os salários impondo a seus operários, sob os mais diversos pretextos, processo esse no qual o patronato reúne as funções de legislador, juiz e agente executivo e,

¹ Prefácio de F. Engels à edição alemã de 1883 do *Manifesto Comunista*.

além disso, embolsa o dinheiro. **Outra medida desse gênero foi a entrega às organizações operárias, sob reserva de domínio, de todas as oficinas e fábricas fechadas, tanto no caso de os patrões terem fugido, como no caso de terem preferido suspender o trabalho.**

Para Marx, a Comuna foi um exemplo de que o comunismo é “realizável” e possível. Mas,

[...] quando a Comuna de Paris tomou em suas próprias mãos a direção da revolução; quando, pela primeira vez na história, os simples operários se atreveram a violar o monopólio de governo de seus ‘superiores naturais’ e, em circunstâncias extraordinariamente difíceis, realizaram seu trabalho de modo modesto, consciente e eficaz, [...] o velho mundo contorceu-se em convulsões de raiva ante o espetáculo da Bandeira Vermelha, símbolo da República do Trabalho [...] (Marx, 1977, p. 201).

Em 1917, a experiência dos conselhos operários, também denominados de *soviets*², foi considerada uma fase de transição para o socialismo na Revolução Russa. O controle operário no processo revolucionário russo foi exercido pela classe trabalhadora através de seus próprios organismos de luta. No início, os comitês de fábrica intervinham no funcionamento interno das fábricas, como nas lutas por condições de trabalho, mas logo, passaram a controlar a administração contra atos de sabotagem da produção e tentativas de fechamento das fábricas.

Na França, sobretudo em 1936, há uma onda de greves com ocupação de fábricas e segundo Trotski, isso “mostrou com clareza que o proletariado estava completamente pronto para derrubar o sistema capitalista” (LENIN; TROTSKI, 1979, p. 75). Este movimento de contestação foi abafado pelas próprias organizações dirigentes.

Podemos notar que tanto neste período revolucionário vivenciado por Trotski, como nos dias atuais, as greves com ocupações de fábricas escapam da “normalidade” do sistema capitalista e “golpeiam” a propriedade privada, pois: “[...] **toda greve com ocupação coloca na prática a questão de saber quem é o dono da fábrica: o capitalista ou os operários?**” (LENIN; TROTSKI, 1979, p. 81, grifo nosso). “A importância principal dos comitês de fábrica consiste, precisamente, no fato de abrir senão um período diretamente revolucionário, ao menos um período pré-revolucionário entre o regime burguês e o regime proletário” (LENIN; TROTSKI, 1979, p. 82).

1 AS COMISSÕES DE FÁBRICA NO BRASIL

No Brasil, num outro contexto histórico, tardio em relação ao processo europeu, também houve greves com ocupações de fábricas. Durante a Ditadura Militar (1964-1985), no ano de 1966 começa um movimento de resistência nas fábricas e de organização do movimento operário³ contra a inflação, o custo de vida e as pressões para elevar a produção. No início eram sabotagens e operações tartarugas, depois surgiram as comissões de fábrica, num processo de militância operária, surgida da base.

Em 1968, uma greve na Belgo-Mineira, em Contagem - MG, reivindica 10% de abono salarial. Os operários ocupam a fábrica. A polícia e o Exército cercam o local e o

² Termo russo que designava conselho formado por operários, intelectuais e até camponeses. Os soviets elegiam seus representantes periodicamente e os mandatos eram revogáveis. Segundo Trotski, “os conselhos (soviets) reúnem todos os grupos em luta, todos os explorados”. (LENIN; TROTSKI, 1979, p.101).

³ No início da ditadura, de 1964 a 1966, há um retrocesso da luta de classes, devido à intervenção nos sindicatos e prisão de dirigentes operários.

Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, acaba decretando esse abono para todos os assalariados do país. Entre 1966 e 1968 há um processo de resistência à ditadura e o surgimento das comissões de fábrica. Os grandes exemplos foram as greves combativas de Osasco (SP) e Contagem (MG), cidades consideradas pólos industriais, com um proletariado de novo tipo. Ao todo foram 16 mil operários em greve em mais de três empresas, num processo que surgiu dentro das fábricas.

As fábricas eram ocupadas pelos operários que passavam a assumir as tarefas de direção, desde os refeitórios até os postos de vigilância. Os operários formavam comissões para negociar com os patrões, para cuidar dos portões das fábricas, enfim para dirigir a fábrica sob seu poder. Nos pátios faziam assembléias massivas. (A CLASSE..., 2008, p.38).

As comissões de fábrica nesse período da ditadura se organizaram clandestinamente. Os operários de Osasco e Contagem com suas comissões atuantes e combativas formaram uma vanguarda apoiadora também das reivindicações da juventude e da luta contra a ditadura e se tornaram exemplo de resistência e organização. (A CLASSE..., 2008).

A partir dos anos de 1970, a classe trabalhadora voltou com mais força ao cenário político. Em 1978, com o impulso das mobilizações do setor metalúrgico da Grande São Paulo, esse movimento grevista vigente foi se espalhando pelas empresas como forma de resistência ao modo como o sistema capitalista organizava sua produção e foram criadas centenas de comissões de fábrica, principalmente na capital paulista. É interessante observar que no país, entre o final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, cresceram as organizações operárias nos locais de trabalho⁴.

As comissões de fábrica são organizações autônomas de trabalhadores e que ocorrem no local de trabalho, ou seja, no interior das fábricas. Nesse período (anos de 1970 e 1980), tinham como objetivo, representar os trabalhadores nas negociações com os patrões.

As comissões de fábrica foram, naquele momento, um grande sindicato, descentralizado, democrático, independente frente ao Estado e grandemente representativo. Foram o primeiro grande protesto vivo, espontâneo dos trabalhadores; não só contra os baixos salários, mas também contra um sindicato que não os representava, contra o cupulismo sindical, contra o atrelamento, colocando na prática a ideia de representação direta dos trabalhadores e da negociação direta com os patrões. (RODRIGUES, 1990, p. 40).

Caminhando com a história das lutas operárias no Brasil, temos o caso da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, estatal privatizada no ano de 1993, no governo de Itamar Franco; porém o processo de privatização coincide com a política de caráter neoliberal, aplicada durante todo o governo de Fernando Collor⁵.

De acordo com Graciolli (2007, p. 141, grifo nosso), no dia 11 de julho de 1990, uma assembléia que contava com mais de 10 mil trabalhadores, aprovou a greve mais longa da CSN com ocupação e sem necessidade de piquete. O trecho abaixo é parte de uma entrevista com o trabalhador Vanderlei Barcelos que está na obra citada:

⁴ “O fenômeno das comissões de fábrica não é um fato novo na história do movimento operário em nosso país. Há registros de organizações nas unidades produtivas dos anos 10, nos anos 20, no imediato pós-guerra, bem como nos anos 50 e durante os anos 60” (RODRIGUES, 1990, p. 47, nota nº12). Aqui não vamos detalhar uma bibliografia sobre essa temática, porém nesta nota explicitada e na obra como um todo, há referências bibliográficas sobre o assunto.

⁵ Política esta de privatizações, desregulamentação dos direitos sociais, desnacionalização, abertura da economia, voltada aos interesses do grande capital, etc. Não nos cabe aqui detalhar este assunto.

[...] **na CSN só existe uma maneira de fazer greve: ocupando.** Isso se a direção do movimento se coloca, junto com o movimento, em defesa do patrimônio da empresa. Sem ocupação não se faz greve, pois quem vai cuidar dos equipamentos lá dentro? Vai-se deixar os equipamentos por conta da Polícia Militar, do Exército ou da direção da empresa? Tem que ter trabalhador lá dentro para tomar conta dos equipamentos [...].

É interessante notar a organização dos operários nessa greve, pois o revezamento de equipes de operários era eficiente na preservação dos setores vitais da usina, cerca de 6 mil dos 22 mil funcionários permaneciam ocupados. Também foi criado um Fórum de Debates sobre a Privatização da CSN em que os setores populares defendiam a CSN como empresa pública, do Estado e que deveria servir ao conjunto da sociedade brasileira. A outra bandeira de luta do fórum era a democratização da gestão da siderúrgica, pois a administração era corrupta e autoritária, além de conceder lucros aos grupos privados. Mesmo com toda luta e mobilização, o leilão de privatização da CSN ocorreu no dia 2 de abril de 1993. A CSN foi vendida por 1,495 bilhão de dólares, um preço muito abaixo de seu valor patrimonial (GRACIOLLI, 2007), “a preço de banana”, como diz o ditado popular.

2 FÁBRICAS OCUPADAS NA AMÉRICA LATINA

Recentemente, na Venezuela, foi organizada a Frente Revolucionária de Trabalhadores de Empresas em Cogestão e Ocupadas (FRETECO), que agrega 14 fábricas. Em janeiro de 2005 foi criada a lei das cooperativas, que garante a desapropriação e o controle parcial do Estado, com participação de 49% dos trabalhadores e 51% do Estado. Atualmente as organizações de trabalhadores estão defendendo a estatização total, porém sob controle dos operários. (NUNES; SOUZA, 2007).

O Governo Bolivariano da Venezuela publicou no dia 26 de maio de 2005, a Cartilha: Fábrica Adentro: Acuerdo Marco de Corresponsabilidad para la Transformación Industrial. Neste acordo há regras e diretrizes que as empresas devem seguir, visando, de certa forma, o bem estar do povo venezuelano:

O Governo revolucionário propõe aos empresários, empresárias, trabalhadores, trabalhadoras e membros das comunidades, um Acordo Marco para garantir a soberania econômica, democratizar as relações de produção e atingir a inclusão produtiva dos cidadãos e cidadãs. (2005, p.01, tradução nossa).

Um exemplo de empresa recuperada na Venezuela é a empresa Azeites Diana, que:

[...] está passando por uma transição crucial, de uma Diana Capitalista, de modelo privado e explorador, a uma Diana Socialista, com outra visão distinta, mais humana, mais solidária, mais fraterna e mais comprometida com o país. A empresa ia ser comprada por uma empresa transnacional, que evidentemente o que queria era acabar com a mesma, mas os trabalhadores não ficaram tranquilos e com a ajuda do Estado conseguiram recuperá-la. Desta maneira foi possível nacionalizá-la, devido ao abandono dos antigos donos que a deixaram na ruína. [...] Hoje em dia os trabalhadores de Diana contam com uma estabilidade trabalhista. Uma empresa que tinha uma produção mensal de 200 toneladas agora produz 3500 a 4500 toneladas. Uma planta que produzia somente um caminhão diário, agora produz 36,4 caminhões diários. (TIREM..., 2009, tradução nossa.).

Uma questão importante a ser observada, não somente na Venezuela, mas também no Brasil e nos demais países em que há empresas sob controle dos trabalhadores, é que não existem leis que amparem este tipo de organização operária, pois o Estado é capitalista e funciona nos moldes deste sistema; isso gera uma tremenda contradição difícil de ser superada. Porém,

Na Constituição [...] há uma interpretação de que deve prevalecer o direito coletivo do direito de greve, em detrimento ao direito individual do proprietário da empresa [...] quando começa o movimento de greve e isso, inclusive em outros setores, tem casos dos servidores, casos inclusive de bancários, que ao realizar a greve, a empresa entra com um instrumento que chama “interdito proibitório” para proibir que seja ocupado o estabelecimento. E a maioria no poder judiciário, o pensamento que prevalece por ser um pensamento conservador, de classe, ele diz que não é permitido e quando tem a ocupação, entra com reintegração de posse. [...] hoje tem uns posicionamentos mais progressistas que colocam como o direito de greve deve prevalecer ao direito de posse empresarial, com argumento fundamentado na Constituição. Então [...] a gente pode afirmar que **a greve de ocupação é uma greve legítima**. (Entrevista com Alexandre, membro do Conselho de Fábrica e advogado da Flaskô. Sumaré, 29/06/2009, grifo nosso).

No ano de 2002 existiam cerca de 120 empresas na Argentina que foram recuperadas por seus trabalhadores e voltaram à produção; em sua maioria, foram abandonadas pelos capitalistas e pertenciam a vários setores industriais. Grande parte dessas empresas adotou o regime de cooperativas, mas algumas delas exigem a estatização com controle operário. Outro ponto importante é que a atitude desses operários questiona o monopólio da autoridade e do saber, pertencentes aos patrões, abrindo brechas para a construção de um poder distinto que deve se opor ao poder constituído (LUC ITA, 2002).

A Cerâmica Zanon é uma fábrica localizada na província de Neuquén, no sul da Argentina, e existe há mais de 20 anos. O conflito entre operários e patrões começou no ano 2000, fomentando a necessidade de organização dos trabalhadores, a ocupação e recuperação da empresa. (LER - QI..., 2009). No ano de 1998, a comissão interna da Zanon foi recuperada para lutar contra as demissões e maus tratos, por melhores condições de trabalho e principalmente, para instaurar um regime democrático na empresa.

Em Zanon, tudo se decide em assembleias, não existe hierarquia entre os que estão na produção ou na administração; se os dirigentes não cumprem com seu mandato, são substituídos por outros companheiros na assembleia. Os dirigentes ganham o mesmo salário que qualquer trabalhador e precisam trabalhar, salvo se uma assembleia geral determine liberá-los para tomar tarefas de tempo integral, em cujo caso não podem ficar mais de um mandato sem trabalhar. Só podem ser reeleitos uma vez, depois devem voltar à base. Essa é indubitavelmente uma expressão contra o capitalismo, uma experiência que mostra que quando os trabalhadores exercem o controle da produção, podem construir uma saída diferente ao desemprego, à fome e à miséria. (LER - QI..., 2009; PALAVRA..., 2009).

E após anos de luta, a Cerâmica Zanon conquistou sua expropriação junto a Assembleia Legislativa de Néuquen, em agosto de 2009:

Já se passaram 8 anos, “não queremos mais enrolação , queremos a expropriação”, gritavam os ceramistas de Zanon acompanhados por uma numerosa coluna de funcionários estatais, docentes, trabalhadores

da saúde, organizações sociais e partidos da esquerda a caminho da Legislatura Neuquina, onde se trataria a expropriação da fábrica. O vento patagônico soprava frio e forte, fazendo a espera em frente ao congresso provincial insuportável. Os ceramistas, que 8 anos atrás se atreveram e tomaram a fábrica, a colocaram para produzir e fizeram com que sua epopéia fosse parte das melhores páginas da história operária de nosso país, cantavam com orgulho: “aqui estão, esses são os operários de Zanon”, até enrouquecer suas gargantas [...] A emoção era visível. E a meia-noite dessa longa jornada da quarta-feira, 12, com um frio que as fogueiras não conseguiam mitigar, votou-se a expropriação. Estouraram as comemorações. (MOREIRA, 2009).

De acordo com o momento histórico em que vivemos, todo esse processo de ocupação e recuperação de empresas consideradas falidas, ou mesmo que foram abandonadas por seus proprietários e que permanecem em luta, seja para assegurar os empregos desses trabalhadores, seja como um meio para mostrar à sociedade que as fábricas podem sobreviver sem patrões, constituem uma luta defensiva e não de caráter revolucionário. Porém, não deixa de ser um meio de contestação do sistema capitalista e de denúncia das barbáries cometidas pelo capital. Além disso, pode ser uma importante mediação (e não um fim) na conquista de uma sociedade mais justa e igualitária.

3 MOVIMENTO DAS FÁBRICAS OCUPADAS NO BRASIL

O Movimento das Fábricas Ocupadas do Brasil foi formado inicialmente, pelas empresas, Cipla e Interfibra, ambas localizadas em Joinville – SC e pela Flaskô, localizada em Sumaré – SP. A principal reivindicação do movimento é a estatização sob controle operário, que até hoje, mantém a posição contrária à formação de uma cooperativa.

No ano de 2005, a Comissão de Fábrica da Cipla e Interfibra, fez um acordo com a Presidência da República e com o governo de Santa Catarina, através de uma Comissão constituída por técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC), para que este grupo de trabalho analisasse a situação dessas empresas e para verificar uma alternativa concreta para a situação. Foi emitido um relatório onde dizia que:

[...] o patrimônio mais valioso às atividades são os funcionários que conseguem fazer produtos diferenciados como plásticos de engenharia, via produção de moldes sofisticados e ligas plásticas, com maior valor agregado. [...] A atual gestão da empresa, informalmente administrada por funcionários, conseguiu elevar o faturamento declinante de apenas R\$ 900 000,00 para mais de R\$ 3 500 000,00, mas ainda abaixo do ponto de equilíbrio, ou seja, ainda com prejuízo. Só alcançará o ponto de equilíbrio possivelmente dentro de um a dois anos, quando passar a faturar acima de R\$ 5 000 000,00 [...] Para isso, é preciso uma injeção de capital que eles não tem. (BUZZI, 2005).

Buzzi, superintendente do BRDE, conclui o relatório afirmando que só há uma saída para salvar as fábricas e os mil empregos que estavam em questão:

[...] entendo também que a única forma de realizar o que parece ser o interesse central, neste caso (a manutenção dos empregos), exige que os Entes Públicos assumam o controle destas empresas através de seus bancos de desenvolvimento social, o BNDES e Entes Estaduais. (BUZZI, 2005, grifo nosso).

Em outras palavras, o relatório afirmou que essas empresas eram viáveis economicamente e que o Estado deveria assumi-las como forma de manter a produção e garantir os empregos de uma forma digna.

O movimento das fábricas ocupadas tem o apoio de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), entre outros.

Desde dezembro de 2007, a Flaskô firmou uma parceria de extrema importância para a continuidade de sua luta, com a Associação de Moradores do Parque Bandeirantes, bairro onde está localizada a empresa. As instalações que estavam desativadas na fábrica passaram a ser a sede do movimento.

Juntos, os trabalhadores da Flaskô e a Associação de Moradores ocuparam um terreno ao redor da fábrica que também pertencia aos antigos proprietários da empresa e construíram a Vila Operária e Popular, que abriga cerca de 300 famílias que lutavam por moradia.

A presença da mobilização dos trabalhadores da Flaskô no bairro Parque Bandeirantes e a união destes movimentos possibilitou a construção de uma nova sociabilidade, pautada na solidariedade de classe e na ação coletiva.

Atualmente na fábrica há aulas de dança, judô, karatê, além de eventos como, o Festival Flaskô Fábrica de Cultura, com atividades culturais abertas aos trabalhadores, moradores do Parque Bandeirantes e ao público em geral. Por fim, a luta dos trabalhadores da Flaskô permanece, mesmo com todos os ataques da sociedade do capital e graças ao apoio que o movimento recebe de estudantes, organizações sindicais, movimentos sociais, etc. A grande reivindicação atual é o reconhecimento e a legitimação do espaço da Vila Operária perante os órgãos públicos de Sumaré – SP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A CLASSE operária na luta contra a ditadura [1964-1980]. *Cadernos Estratégia Internacional Brasil*, nº1, jul/ 2008.
- BUZZI, D. *Relatório do BNDES, BRDE e BADESC sobre a recuperação da Cipla/Interfibra*. Florianópolis, 2005.
- ENGELS, F.; MARX, K. *Textos – Volume I*. In: “A guerra civil na França”. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- _____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Sundermann, 2007.
- _____. *Textos – Volume III*. In: “Prefácio à edição alemã de 1883”. São Paulo: Edições Sociais, 1976-1977.
- FÁBRICA adentro: acuerdo marco de corresponsabilidad para la transformación industrial. *Gobierno Bolivariano de Venezuela: Caracas*, 2005.
- GRACIOLLI, E. *Privatização da CSN: da luta de classes a parceria*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LENIN, V. I.; TROTSKI, L. *A Questão do Programa*, In: Programa de Transição. São Paulo: Kairós, 1979.
- LER – QI, Zanon - fábrica sem patrões. Disponível em: <<http://www.ler-qi.org/spip.php?mot42&>>. Acesso em: 02 out. 2009.
- LUCITA, E. Ocupar, resistir, producir. *Cuadernos del Sur.*, n. 34, ano 18, p. 39-45, maio 2002.
- MOREIRA, T. *Zanon expropriada: uma jornada inesquecível*. Disponível em: <<http://www.ler-qi.org/spip.php?article1905>>. Acesso em 29 out. 2009.

RODRIGUES, I. J. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FASE, 1990.

VERAGO, J. L. *O controle operário nas Revoluções Russas (1917-1918)*. Luta de Classes, 2008.

ZANON é dos trabalhadores, 2009. Disponível em:

<<http://zanonsobcontroleoperario.blogspot.com/>>. Acesso em: 03 out. 2009.

WILLARD, C. “História e Vigência da Comuna de Paris”. In: BOITO Jr. A. (org.). *A Comuna de Paris na História*. São Paulo: Xamã, 2001.

FONTES CONSULTADAS

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Os Sentidos do Trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001, 5ª ed.

GOULART, S. *A revolução na Venezuela e as ocupações de fábricas*. São Paulo: Luta de Classes, 2006.

PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital*: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.

RASLAN, F. O. *Resistindo com classe*: o caso da ocupação da Flaskô. Dissertação de Mestrado: IFCH, Unicamp, 2007.